

## **Deliberação nº14/2011**

### **- Direito de acompanhamento dos doentes urgentes e/ou emergentes em ambulância de socorro -**

Pela Lei n.º 33/2009, de 14 de Julho, foi reconhecido e garantido a todo o cidadão admitido, num serviço de urgência do Serviço Nacional de Saúde, o direito de acompanhamento por uma pessoa por si indicada.

No quadro das atribuições do INEM, IP, a quem compete coordenar as actividades conducentes à definição de políticas no domínio do transporte de urgência ou emergência, considera-se imprescindível estender a aplicação da lei mencionada ao transporte de doentes em ambulância de socorro.

Assim, e zelando pela necessidade de aumentar o acesso à informação, poder de decisão e capacidade de participação na gestão da doença dos utentes e seus acompanhantes, sempre enquadrado na perspectiva de humanizar os cuidados de emergência médica, nomeadamente durante o transporte de doentes urgentes ou emergentes, determina-se o seguinte:

1. É reconhecido e garantido a todo o doente urgente ou emergente, a ser transportado em ambulância de socorro, o direito de acompanhamento por uma pessoa por si indicada.
2. Mesmo que a situação clínica do doente não lhe permita expressar a sua vontade, deve ser possibilitado o exercício do direito de ser acompanhado, ainda que solicitando que seja demonstrado o parentesco ou relação pessoal, invocados pelo acompanhante.
3. Para que os cuidados de emergência médica, sejam eficazes, o acompanhamento não pode comprometer as condições e requisitos técnicos da sua prestação.
4. Sob pena de não ser permitido, o transporte de acompanhantes deve ser efectuado de forma a garantir as condições de segurança legalmente exigidas.
5. Ao acompanhante é vedada informação sobre o estado de saúde do doente, sempre que este a tal se oponha ou não se possa manifestar expressamente, bem como quando se trate de matéria reservada por segredo clínico.

6. O acompanhante deve comportar-se com urbanidade e respeitar e acatar as instruções e indicações da tripulação de serviço.
7. No caso de violação pelo acompanhante dos deveres de urbanidade, obediência ou respeito, pode ser impedido o acompanhamento ou ser determinada a sua interrupção.
8. Compete ao chefe de equipa decidir, informar e explicar ao doente e acompanhante os motivos que legitimam ou impedem o respectivo acompanhamento e a sua manutenção.

9. ESTA DELIBERAÇÃO ENTRA EM VIGOR A 01 JUNHO 2011.

Lisboa, 24 de Maio de 2011

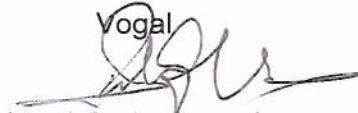
O CONSELHO DIRECTIVO

PRESIDENTE



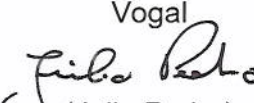
(Miguel Soares de Oliveira)

Vogal



(José Pedro Lopes)

Vogal



(Julio Pedro)